

**RESOLUÇÃO/PRESI/SECOI 18 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Administração, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 2º quadrimestre de 2014, na forma do Anexo I, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na *internet*, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**  
Presidente

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

## ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.876.067.344,63</b>	<b>5.712.352,22</b>	<b>1.881.779.696,85</b>
Pessoal Ativo	1.607.632.490,16	4.167.404,54	1.611.799.894,70
Pessoal Inativo e Pensionistas	268.434.854,47	1.544.947,68	269.979.802,15
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>262.582.791,32</b>	<b>5.103.812,44</b>	<b>267.686.603,76</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.463.555,36	411,52	1.463.966,88
Despesas de Exercícios Anteriores	25.351.185,18	3.692.230,30	29.043.415,48
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	235.768.050,78	1.411.170,62	237.179.221,40
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>1.613.484.553,31</b>	<b>608.539,78</b>	<b>1.614.093.093,09</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>676.655.839.900,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,238450%</b>	<b>0,000090%</b>	<b>0,238540%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,457394%</b>		<b>3.094.983.212,35</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,434524%</b>		<b>2.940.234.051,73</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,411655%</b>		<b>2.785.484.891,12</b>

Fonte: Siafi Gerencial, Resolução CJF 250/2013 e Portaria STN 543/2014.

**Notas:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

MARÍLIA ANDRÉ DA SILVA MENESES GRAÇA  
Diretora da Secretaria de Controle Interno

KÁTIA REGINA RIBEIRO DE SANTA ANA  
Diretora da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA  
Diretor-Geral